

Joana Plaza Pinto
joplazapinto@gmail.com

Suzana Costa Badan
suzanabadan@gmail.com

Feminismo e as identidades no cerne dos princípios de pesquisa

Feminism and identities in the core of research principles

RESUMO – O feminismo emerge das lutas do sujeito ‘mulher’, instalando um conjunto de práticas e identidades políticas. O que este grupo, mulheres feministas, teria a ver com linguagem? Cameron (1992, 1998) mostra que as feministas têm tratado a linguagem como parte essencial da luta pela liberação das mulheres. A autora aponta que os movimentos organizados do século XIX já colocavam a linguagem como elemento central das suas reivindicações, rechaçando as restrições à fala pública das mulheres. Essa centralidade continuou durante todo o século XX e repercutiu nos estudos linguísticos no final da década de 1970. No entanto, Cameron (1998) observa que a pluralidade teórica prevalece nas discussões feministas sobre linguagem nos últimos trinta anos. Este contexto é o pano de fundo para este artigo. Revisando artigos, capítulos e teses de mulheres no Brasil, este artigo evidencia um campo relativamente homogêneo de produção de conhecimento linguístico contra-hegemônico que articula teoria e descrição linguística com as práticas identitárias feministas. Esse campo mostra que as feministas empurraram a identidade para o cerne da ciência, não como objeto, mas como articuladora dos princípios de pesquisa. E as linguistas feministas no Brasil, especialmente aquelas influenciadas nos últimos anos pelas discussões sobre linguagem, ação e poder (Cameron *et al.*, 1993), confrontaram o interesse no desinteresse por conflitos de poder implicados na pesquisa linguística.

Palavras-chave: feminismo, identidade, pesquisa, linguagem, discurso.

ABSTRACT – Feminism emerges from the struggles of the subject ‘woman’, installing a set of political practices and identities. What would this group, feminist women, have to do with language? Cameron (1992, 1998) shows that feminists have treated language as an essential part of the struggle for women’s liberation. She points out that the organized movements in the nineteenth century put language as a central element of their claims, rejecting the restrictions on women’s public speaking. This centrality continued throughout the twentieth century and reflected in linguistic studies in the late 1970s. However, Cameron (1998) notes that theoretical pluralism prevails in feminist discussions about language in the last thirty years. This context is the backdrop for this article. Reviewing articles, chapters and doctoral theses by women in Brazil, this article highlights a relatively homogeneous field of counter-hegemonic knowledge production that articulate linguistic theory and description with practices of feminist identity. This field shows that feminists push identity to the core of science, not as object but as an organizer of the research principles. Feminist linguists in Brazil, especially those influenced in recent years by discussions on language, action, and power (Cameron *et al.*, 1993), confronted the interest in dismissing power struggles involved in linguistic research.

Key words: feminism, identity, research, language, discourse.

Concepções de linguagem entre feministas

Este trabalho se insere em uma pesquisa mais ampla sobre a relação entre concepções de linguagem e práticas identitárias. Com objetivos de descrever e discutir as concepções de linguagem presentes em conjuntos discursivos marcadamente identitários, a pesquisa tem procurado mapear a associação entre determinadas práticas identitárias e determinadas identidades políticas.

No contexto desta pesquisa, fizemos um levantamento de artigos¹, dos últimos vinte anos, de feministas brasileiras que se posicionavam sobre o tema da lingua-

gem, definindo-a ou defendendo certa forma de tratá-la. Foi feita uma discussão sobre o papel dessas concepções de linguagem na contraposição às desigualdades, assim sendo, foi identificada uma epistemologia situada feminista acerca das concepções de linguagem. Voltaremos a este tema adiante.

Por enquanto, queremos adiantar apenas que os artigos revisados aqui inserem a identidade no centro das preocupações de feministas quando o assunto é linguagem – ou, ainda, a linguagem no centro das preocupações quando o assunto é identidade. Essa relação imbricada entre identidade e linguagem, dada

¹ Exceção para o livro organizado por Viviane Heberle *et al.*, 2006, que compilou um conjunto importante de trabalhos numa mesma obra. A consulta dessa obra, mesmo não sendo literatura principal, foi fundamental para confirmar algumas ideias que defendemos aqui.

sua centralidade para o andamento das pesquisas, acaba sendo acompanhada pelo conhecimento como um terceiro elemento de junção reflexiva.

Deborah Cameron (1992, 1998), em suas duas excelentes revisões da relação do feminismo com os estudos da linguagem, mostra que as feministas têm tratado a linguagem como parte essencial da luta pela liberação das mulheres. A autora aponta que os movimentos organizados do século XIX já colocavam a linguagem como elemento central das suas reivindicações, rechaçando as restrições à fala pública das mulheres. Essa centralidade continuou durante todo o século XX e repercutiu nos estudos linguísticos no final da década de 1970, quando a Sociolinguística ofereceu um acolhedor quadro acadêmico para os problemas percebidos. No entanto, Cameron (1998) observa que a pluralidade teórica prevalece nas discussões feministas sobre linguagem nos últimos trinta anos. A autora trata de trabalhos que se identificam como feministas, não excluindo aqueles de autores (homens) desde que o enfoque esteja moldado por uma perspectiva feminista. Mais do que sintetizar textos debatidos por feministas, e direcionados ao estudo de gênero, linguagem e discurso, a autora adota uma posição crítica nas discussões, atribuindo às intensas pesquisas acerca da linguagem e do gênero, a mudança de concepção de linguagem. Ainda que as formulações feministas sobre linguagem dos anos de 1970 não tenham sido totalmente modificadas, é possível dizer, segundo Cameron (1998), que elas não são mais propostas exatamente do mesmo jeito uma vez que, progressivamente, os estudos feministas têm dissipado a ideia de que se deve lidar com o pressuposto de que mulheres e homens são grupos internamente homogêneos. Figueiredo (2009, p. 732) afirma o mesmo para o caso das feministas brasileiras: “As abordagens teórico-metodológicas adotadas por essas/es pesquisadoras/es são as mais diversas, desde a Sociolinguística Interacional, a Análise de Discurso de linha francesa e a Análise Crítica do Discurso (ACD)”.

Preferimos relativizar essa suposta pluralidade teórica. O que percebemos é que, nos últimos vinte anos no Brasil, nos estudos feministas sobre linguagem, prevalecem abordagens discursivas (Borba e Ostermann, 2008; Cestari, 2008; Heberle, 2004; Heberle, *et al.* 2006; Pinto, 2004b), especialmente a Análise Crítica do Discurso, como a própria Débora Figueiredo (2004, 2009) entre outras (Caldas-Coulthard, 2007; Funck, 2009; Gabrielli, 2007; Heberle, 2004; Magalhães, 1995; Magalhães, 2008). Essa prevalência segue uma tendência anglo-americana de estudos feministas sobre linguagem bem representada por Cameron (1992, 1998), autora

reconhecida e bastante referenciada no Brasil, ao mesmo tempo em que reflete o crescente impacto da Análise do Discurso Crítica na produção acadêmica brasileira.²

Consideramos uma vantagem essa preponderância de abordagens discursivas. Primeiro, porque há sim uma pluralidade interna às abordagens discursivas.³ Segundo e mais importante para nós, porque essas abordagens defendem, como afirma Claudia Costa (1994, p. 72), que “o gênero e a linguagem existem *internamente* um ao outro. A linguagem é constitutiva da subjetividade, e os esforços voltam-se para a elaboração de teorias do sujeito”.⁴ O gênero e a linguagem estão internamente imbricados e uma melhor análise dessa relação acontece quando se reconhece que não somente os mecanismos sociais e políticos são determinantes das desigualdades entre homens e mulheres, mas, também, os atos linguísticos que performatizam tais mecanismos (Butler, 1997, 1998). Como defende Costa (2002, p. 82) em outro artigo:

para que a teoria feminista consiga desembaraçar as articulações da diferença configuradoras dos interstícios, ela deve empregar uma heterogeneidade de métodos críticos que privilegiem “análises complexas, de engajamento múltiplo, porém com foco local” sobre a relação entre a subjetividade e as matrizes da dominação/subordinação.

Assim, a pluralidade dos métodos ou abordagens mantém uma unidade de força crítica. Nesse sentido, percebemos que três características permanecem como próprias dessas discussões críticas feministas sobre linguagem no Brasil.

Primeiro, podemos notar que a definição de linguagem, impregnada da noção de poder e de efeitos, opera identidades e possibilita deslocamentos identitários. Todos os trabalhos tratam a identidade como produzida na interação social, constituindo-se em operações de incluir e excluir, reafirmando relações de poder. Gênero e linguagem se articulam “para explicar as diferenças entre os corpos em relação ao poder” (Pinto, 2004a, p. 37). Para Funck (2009, p. 484), o objetivo é mostrar “como análises de práticas discursivas, ao desvendar estruturas de poder, podem contribuir para o projeto político dos estudos feministas e de gênero”.

Segundo, a linguagem é parte fundamental da luta pela liberação das mulheres. Carmem Caldas-Coulthard (2007, p. 233) argumenta explicitamente:

Ao meu ver, já estava mais do que na hora de apresentarmos textos em que as mulheres fossem incluídas em seus textos. O meu propósito político, ao decidir apresentar meu trabalho todo no feminino, era o de chamar atenção para o problema. O livro não foi aceito pela editora.

² “No Brasil, a ACD com fundamentação de Fairclough [...] já está em fase de consolidação em universidades brasileiras como a UFSC, PUC-SP, USP, UFRJ, UNB, UFMG, UFPB, UC-Pel e UNISUL” (Heberle, 2004, p. 88).

³ Não discutiremos neste artigo tal pluralidade das abordagens discursivas, que já foi devidamente debatida em obras introdutórias e revisões de literatura (cf. Iñiguez, 2004; Maingueneau, 1997).

⁴ Ênfase no original.

A questão da linguagem e suas implicações políticas têm influenciado escritoras, filósofas e teóricas sociais através da história intelectual da civilização ocidental.

Temos aprendido com as discussões feministas que a linguagem, com toda a sua gama de poder e efeito, é parte fundamental da luta pela liberação das mulheres (Cameron, 1992; Caldas-Coulthard, 2007; Cestari, 2008; Magalhães, 2008). Assim, indo na contramão do culturalmente construído, “(...) nós tomamos a língua do opressor e a viramos contra ela mesma. Nós fazemos das nossas palavras uma fala contra-hegemônica, liberando-nos nós mesmos na linguagem” (hooks⁵, 2008, p. 864).

Por fim, uma terceira característica comum no conjunto de estudos revisados é que a identidade é central para as escolhas epistemológicas. Seja utilizando a primeira pessoa do singular, seja explicitando interesses (transformação social, emancipação, crítica social etc.), seja expondo escolhas epistemológicas baseadas na posição de feminista pesquisadora – ou as três estratégias ao mesmo tempo –, as autoras mobilizam a identidade como articuladora de princípios de pesquisa fundamentais. É neste último tópico que nos deteremos mais aqui.

A crítica epistemológica feminista

Desde o início, a centralidade do desejo de transformação nas pesquisas feministas impactou questões teóricas e metodológicas. Das abordagens mais essencialistas às antiessencialistas (Piscitelli, 2002), as pesquisas feministas foram alterando a epistemologia tradicional e causando perturbações nos paradigmas por onde passavam (Haraway, 1995; Haraway, 2004; Harding, 1987; Schienbinger, 2001). O feminismo acadêmico em diálogo com os movimentos sociais feministas, sendo uma “criança muito desejada e nutrida do ativismo popular da “segunda onda”” (Stacey, 2000, p. 1190), apropriou-se criticamente de discursos de disciplinas diversas e politizou a produção do conhecimento. Diversos autores contemporâneos, representantes ilustres de vozes masculinas no mundo intelectual como Boaventura de Sousa Santos (2008), Stuart Hall (2004), Walter Mignolo (2004), atribuem ao feminismo a contestação dos paradigmas tradicionais de ciência. Eles reconhecem que as feministas descentralizaram as visões tradicionais sobre a ciência e o conhecimento, desnaturalizando e desconstruindo a nossa formação intelectual. Mignolo (2004), por exemplo, cita as duas “epistemologias posicionadas” (ou lugares da enunciação) nas quais nos encontramos: a crítica feminista de dentro dos países do Norte e uma crítica do “exterior” da modernidade, da história dos países do Sul e da racionalização sujeitada pelos “povos” do Sul.

As “epistemologias do Sul” e a crítica feminista, quando articuladas, tornam-se crítica ainda mais poderosa como aquilo que Ramón Grosfoguel (2007) chamou de “perspectivas subalternas feministas”, fundamentais para a elaboração de questões epistemológicas atuais.

Para Sandra Harding (1987), são três as características principais da subversão constitutiva dos estudos feministas. Primeiro, as feministas mostram que um problema de pesquisa é sempre um problema de alguém (Haraway, 1995). Enquanto a filosofia da ciência tradicional defendia que a origem dos problemas de pesquisa não são relevantes para seus resultados, as pesquisadoras feministas contra-argumentam que importa quem pergunta o que, e, como confirmam Grosfoguel (2007) e Mignolo (2004), esta atitude acaba por pluralizar os sujeitos da ciência – não apenas duplicam o sujeito que pergunta na pesquisa inserindo mulheres onde só havia homens, mas multiplicam tais sujeitos ao apontarem que as experiências das mulheres que geram as suas perguntas são experiências plurais, fragmentadas por marcadores identitários como raça, classe, geração etc. No cerne desse encontro, conflitos e contradições das identidades “são uma fonte rica de *insight* feminista” (Harding, 1987, p. 8).

Uma segunda característica dos estudos feministas é construir perguntas que nunca são desvinculadas do propósito de mudar as condições desiguais de vida, desafiando ou neutralizando relações de poder. Este aspecto define o problema de pesquisa como um problema para alguém, isto é, o objetivo central da investigação feminista é fornecer explicações para as mulheres que apoiem a sua perspectiva de igualdade, o seu ponto de vista.

Como mostra Harding (1987), esta segunda característica leva à terceira: a perspectiva parcial. Sustentadas pelas discussões críticas sobre o sujeito, as feministas apontam que também o sujeito que pesquisa deve ser abordado criticamente e os resultados da sua investigação devem ser confrontados com seu lugar identitário. Nessa perspectiva, a voz que professa os resultados não evita o corpo que fala e, assim, impossibilita “o truque mítico de deus de ver tudo de lugar nenhum” (Haraway, 1995, p. 19) e contesta as “doutrinas ideológicas da objetividade científica descorporificada” (Haraway, 1995, p. 9). Como defendeu Cameron *et al.* (1993, p. 90), “o poder tem muitas dimensões, é afetado pelo contexto local e as posições de todos os envolvidos no trabalho de campo estão mudando e variando mais do que estão estáticas”. A solução para essa dimensão política da pesquisa é levar muito a sério a “recomendação de uma forte forma de reflexividade” (Harding, 1987, p. 9).

Nosso ponto de vista é que essas características da crítica feminista são altamente subversivas porque empurram a identidade para o cerne da ciência, não apenas como

⁵ A pedido da autora, em diversas entrevistas e ensaios, seu nome deve ser grafado sempre em minúsculas.

objeto, mas como articuladora das práticas de pesquisa. As linguistas feministas, especialmente aquelas influenciadas nos últimos anos pelas abordagens discursivas que tratam da relação entre linguagem, ação e poder (Cameron *et al.*, 1993), confrontaram o interesse no desinteresse por conflitos de poder implicados na pesquisa linguística. No conjunto de recursos metadiscursivos sobre linguagem, está presente o quadro regulador dos corpos.

Não por acaso: falar sobre linguagem significa expor as relações de poder nela imbricadas, na medida em que, definindo o que é ou pode ser usado, por quem, em qual momento, linguistas distribuem com autoridade de cientistas os valores do discurso entre falantes.

Illana Löwy (2000, p. 38) afirma:

Se definimos a ciência como uma atividade subjetiva e situada, os membros dos grupos dominados que desejem alcançar um status de sujeito do saber não precisam mais escolher entre duas possibilidades simetricamente temíveis: a desapareição de suas alteridades e a renúncia aos ideais de universalidade, de racionalidade ou de objetividade dos saberes. Uma “ciência situada” pode abrir caminho para uma outra definição de objetividade e de universalidade – definição que inclui a paixão, a crítica, a contestação, a solidariedade e a responsabilidade.

A autora acredita que a situação das mulheres não é muito diferente da dos povos colonizados, de forma que seus movimentos de liberação podem ser comparados às lutas anticoloniais, assim como retomados alguns de seus aspectos. A autora ainda chama atenção para o fato de que se atentamos para os estudos “científicos” que se voltam para a questão do gênero, as perspectivas lançadas na construção da “natureza científica” (segundo a autora, se feminina ou masculina, de raça negra ou branca), abarcam opiniões, vivências, socializações e, principalmente, linguagens quase que totalmente providas de um olhar masculino-branco-primeiromundista-classe burguesa, com uma incidência direta sobre os conhecimentos científicos que produzem. Segundo ela, “o acesso mais amplo das mulheres à pesquisa científica, a influência do feminismo e dos estudos de gênero tiveram como resultado recente a modificação da percepção científica do natural, masculino ou feminino” (Löwy, 2000, p. 23-24).

Questões da crítica feminista sobre linguagem no Brasil

O que mulheres diversas, estudiosas da linguagem em instituições modernas (as universidades) em um território pós-colonial (o Brasil), têm a nos ensinar sobre pesquisa?

Em trabalhos produzidos no Brasil sobre gênero e linguagem, por autoras feministas, emerge um locus de enunciação corporificado. Esse locus intersecciona pensamentos liminares produzidos na perspectiva das modernidades coloniais (Mignolo, 2003), ou seja, construídos nas fronteiras da diferença colonial de modo a

absorver e desarticular as formas hegemônicas do conhecimento (Grosfoguel, 2007), reinventadas, agora, em perspectivas subalternas (Schiwy, 2007).

Como aponta Cabral (2006), a epistemologia feminista postula uma teoria do conhecimento que não apaga o contexto social do sujeito cognoscente, situando o sujeito no conhecimento. Para esta autora brasileira, as epistemologias feministas englobam análises que permitem compreender: problemas epistemológicos sob a perspectiva feminista, a existência de formas de conhecimento femininas e a teoria do conhecimento ou ciência feminista. Ela ainda indaga quais seriam as implicações desse fenômeno ante o conceito de objetividade na ciência e a ligação entre conhecimento e poder. De acordo com Cabral (2006, p. 36),

não podemos dizer que à mulher cabe mais subjetividade que ao homem; e a este último caberia a objetividade. Seríamos no mínimo essencialistas. Mas o problema é que historicamente os sujeitos masculino e feminino foram construídos em oposição. E as relações de poder estão aí imbricadas.

Diante desta colocação, busca-se, dentro dos preceitos da epistemologia feminista, um novo sujeito com seus laços históricos, culturais, sociais e políticos: “[...] o conhecimento se produz nas inter-relações de poder entre sujeito e objeto” (Cabral, 2006, p. 39).

É por “sentir na pele” o problema de pesquisa como um problema de alguém que nossa perspectiva situada prefere adotar abordagens discursivas, compreendendo não apenas linguagem e gênero como co-existentes (cf. Costa, 1994), mas também linguagem e conhecimento e gênero e conhecimento. As estudiosas da linguagem no Brasil assumem que “a linguagem constrói crenças, conhecimentos, mas também desejos, valores sociais, imagens de si e do outro, relações sociais” (Magalhães, 2008, p. 62), já que “o uso da linguagem é visto como prática social, simultaneamente constituindo (i) identidades sociais, (ii) relações sociais, e (iii) sistemas de conhecimento e crença” (Figueiredo, 2009, p. 732). O principal argumento é que:

A proposta feminista não visa descartar a produção do conhecimento atual, para substituí-la por uma nova forma de produção “feminina”. Seu propósito é justamente desmistificar a “não geração” científica e a suposta ausência de interesse pelo poder por ela respaldado (Gabrielli, 2007, p. 3).

A ideia é desmistificar o conhecimento em suas diversas facetas, explorar como ele é construído e nos constrói pela linguagem, reescrevê-lo de outras formas, como na coletânea de Heberle *et al.*, 2006 e na discussão sobre as subversões teórico-práticas das tradutoras feministas, de Marie-France Dépêche (2002). Como sintetiza Herbele (2004, p. 106), “Como muitas feministas [...], acredito que ao usarmos a linguagem, participamos ativamente na construção de significados e é pelo discurso que podemos resistir e subverter esses

significados”. Reescrever o conhecimento significa evidenciar sua relação com o gênero, categoria que articula as análises aqui revisadas: “cabe a nós mulheres utilizar o que se denomina ‘lentes de gênero’ ou ‘lentes críticas’” (Herbele, 2004, p. 105).

Assim, gênero, linguagem e conhecimento formam a tríade temática crítica fundamental nos estudos. Nomes como os de Caldas-Coulthard (2007), Costa (1994, 2000 e 2002), Dépêche (2002), Heberle (2004), Koshiyama e Bocchini (2008), Magalhães (2008), Pinto (2007), Schmidt (2004) e Schmidt (2006), todas estudiosas feministas atuantes no contexto brasileiro, abordam, além da tríade temática crítica, também: poder, identidades, discursos sexistas, corpos, movimento feminista e estudos linguísticos, sempre por meio de confronto crítico de teorias e métodos. Quando se opera um projeto feminista de ciência, com um maior acesso das mulheres à pesquisa científica, ocorre, concomitantemente, uma crítica ao modo dominante de produção do conhecimento científico (Mignolo, 2004), com propostas alternativas de operação e articulação dessa produção (Rago, 1998).

Se é verdade que elas aderem a modelos teóricos e métodos importados das metrópoles (cf. Costa, 2000), não o fazem sem subverter o foco: elas nos dizem que há problemas aqui, problemas de alguém. O trecho final de Schmidt (2006, p. 796) sintetiza bem o que pensamos: “O refinamento de habilidades interpretativas e o exercício da imaginação criativa são pré-condições para se construir a voltagem crítica e a autoridade intelectual da crítica feminista brasileira”. Esse cruzamento crítico entre língua e conhecimento, trazido pelas autoras, corroboram a colocação de Mignolo (2004) de que as línguas não podem ser tomadas como meros fenômenos “culturais” demarcadoras de identidade, mas como o *locus* de inscrição do conhecimento, resultando em novas postulações, das quais destacamos aqui duas.

Uma postulação fundamental é que, diferentemente do que ocorre no cenário internacional (cf. Cameron, 2009), em nenhum trabalho brasileiro encontramos qualquer indício de uma análise que naturalize falas ou discursos femininos ou masculinos. Ao contrário, todas as análises procuram desnaturalizar o gênero e, consequentemente, a linguagem e o conhecimento, através de críticas importantes àquilo que Elizabeth Grosz (2000) identificou como o irreconciliável desafio da filosofia: o dualismo mente/corpo.

Figueiredo (2009, p. 737) critica as dicotomias que buscam “fixar os significados e negar seu caráter absolutamente contingente”, incluindo a dicotomia natureza/cultura. Caldas-Coulthard (2007, p. 238) elabora crítica do masculino genérico como “mais ‘natural’ e ‘próprio’”. Dépêche (2002) faz o mesmo quando discute a tradução feminista: “Através deste descompasso em relação às instituições, a escrita-mulher, modo de conhecimento, faz assim novas propostas à cultura e à sociedade que a sustenta e é por ela sustentada. Contra-discurso, constitui um

contra-imaginário e escrever a diferença torna-se escrever diferente”. Koshiyama e Bocchini (2008, p. 6) procuram desnaturalizar a inscrição do sexismo na linguagem ao defenderem que “estudos acadêmicos e percepções das feministas foram permitindo analisar as principais estratégias de discriminação e preconceito contra as mulheres na linguagem. O conhecimento e reconhecimento dessas estratégias é um primeiro passo para as mudanças”. Schmidt (2004, p. 19), ao explorar o trabalho de Mary Louise Pratt (1999), defende que o feminismo combina a desnaturalização da linguagem, das identidades e do conhecimento numa mesma “zona de contato”:

É condição de sobrevivência para o feminismo situar-se na zona de contato. Estou empregando aqui, evidentemente, o conceito de Mary Pratt, que se baseou na ideia das “línguas de contato”, oriunda da Linguística. Tais línguas improvisadas “se desenvolvem entre locutores de diferentes línguas nativas que precisam se comunicar entre si [...] usualmente no âmbito comercial”. Essas línguas são normalmente consideradas, assim como as sociedades em que se formam, “caóticas, bárbaras e amorfas”. Assim, de forma sempre provisória e inaugural, e por isso mesmo cheia de possibilidades, a zona de contato constitui “uma tentativa de se invocar a presença espacial e temporal conjunta de sujeitos anteriormente separados por descontinuidades históricas e geográficas cujas trajetórias agora se cruzam”.

Além da desnaturalização do gênero, outra nova postulação é o caráter performativo das identidades que, sob forte influência das reflexões da pesquisadora estadunidense Judith Butler (1993, 1997, 1999), começa a ganhar espaço nos trabalhos mais atuais (Abeledo, 2010; Borba e Ostermann, 2008; Figueiredo, 2009; Magalhães, 2008; Pinto, 2007), integrando à força crítica dos estudos brasileiros a divergência quanto à causalidade linear de certos construcionismos (cf. Pennycook, 2007). Magalhães sintetiza (2008, p. 63):

Longe de serem fixas, as identidades de gênero são constituídas quando são repetidas num contexto social de controle, como é o caso da família. A razão pela qual parecemos ser tipos particulares de pessoas está no fato de que repetimos nossos atos (linguísticos) até que passam a fazer parte integral de nosso ser (Magalhães, 2000b). Essa perspectiva, por um lado, questiona a natureza da diferença sexual e, por outro, problematiza o construcionismo social (a visão da diferença sexual apenas como construção sociocultural) e o essencialismo (a visão da diferença sexual baseada na diferença biológica).

Os estudos feministas da linguagem são hoje campo crescente no Brasil. Acaba de ser lançada uma importante coletânea de textos clássicos dos estudos feministas sobre linguagem (Ostermann e Fontana, 2010). A Associação Internacional Gênero e Linguagem acaba de realizar sua conferência bianual (*7th International Gender and Language Association Conference*, 2012) em São Leopoldo (RS), sob presidência e organização de equipe brasileira. E o tema da Conferência não poderia ter sido outro: *Ressignificando Gênero e Sexualidade em Linguagem e Discurso*.

Algumas posições poderão contestar nossa visão desses estudos e caracterizá-la como otimista. De fato, há aspectos para se debater. As escolhas epistemológicas desses artigos precisam ser confrontadas com o impacto daquilo que a feminista iraniana Nima Naghibi (2007) chamou de *gesto imperialista do feminismo*. Focando na ênfase dada à literatura não feminista nas referências bibliográficas dos artigos revisados, seria também interessante desenvolver um confronto crítico – seguindo as atitudes das próprias autoras – entre suas escolhas bibliográficas e seu projeto de crítica feminista (cf. Schmidt, 2006). Estaremos posicionadas criticamente diante das nossas próprias inspirações críticas? Saberemos dialogar com a literatura, predominantemente anglo-americana, com a desconfiança, a autonomia e a independência necessárias a toda forma de discurso contra-hegemônico? Saberemos rejeitar a(s) teoria(s) que, na pressa de explicar, subsume(m) sujeitos marcados pela diferença colonial?

A exposição da forma simbólica da filosofia do homem sugere uma nova direção para o pensamento feminista. Não só pode ainda outra teoria inventada pelos homens, para racionalizar as atividades dos homens, ser rejeitada como inadequada, como a própria teoria pode ser questionada como busca de origens autopresentes e leis dedutivas.

Saberemos seguir esta sugestão de Andrea Nye (1995, p. 254)? As armadilhas para a pesquisa feminista são muitas. E para a pesquisa no nosso Brasil pós-colonial também. Mas precisamos ser otimistas porque, como diz Caldas-Coulthard (2007, p. 243), “precisamos de mais conscientização para a mudança social”. Por isso, ao ler o conjunto de estudos feministas brasileiros sobre linguagem nos últimos vinte anos, ressaltamos, por ora, as *definições de linguagem emancipatórias*, fundamentadas na produção de uma *crítica epistemológica feminista situada*, promovendo a *desnaturalização e a ressignificação do gênero* em prol da construção da igualdade.

Referências

- ABELED, M. de la O. L. 2010. “¿Te parece que ella se afeitó?”: categorías identitárias de gênero e aprendizagem de vocabulário na fala-em-interação de sala de aula de língua estrangeira. *Calidoscópico*, 8(2):103-117.
- BORBA, R.; OSTERMANN, A.C. 2008. Gênero ilimitado: a construção discursiva da identidade travesti através da manipulação do sistema de gênero gramatical. *Revista Estudos Feministas*, 16(2):409-432.
- BUTLER, J. 1993. *Bodies that matter: on the discursive limits of 'sex'*. New York, Routledge, 288 p.
- BUTLER, J. 1997. *Excitable speech: a politics of the performative*. New York, Routledge, 185 p.
- BUTLER, J. 1998. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos Pagu*, 11:11-42.
- BUTLER, J. 1999. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. 2. ed. New York, Routledge, 221 p.
- CABRAL, C.G. 2006. Investigando o caráter situado do conhecimento: reflexões sobre epistemologias feministas e educação científica e tecnológica. *Revista Tecnologia e Sociedade*, 3:23-41.
- CALDAS-COULTHARD, C.R. 2007. Caro colega: exclusão linguística e invisibilidade. *Discurso & Sociedad*, 1(2):230-246.
- CAMERON, D. 1992. *Feminism and linguistic theory*. 2. ed. New York, St. Martin's Press, 247 p.
- CAMERON, D. 1998. Gender, language, and discourse: a review essay. *Signs*, 23(4):945-970. <http://dx.doi.org/10.1086/495297>
- CAMERON, D. 2009. Sex/gender, language and the new biologism. *Applied linguistics*, 31(2):173-192. <http://dx.doi.org/10.1093/applin/amp022>
- CAMERON, D.; FRAZER, E.; HARVEY, P.; RAMPTON, B.; RICHARDSON, K. 1993. Ethics, advocacy and empowerment: issues of method in researching language. *Language and communication*, 13(2):81-94. [http://dx.doi.org/10.1016/0271-5309\(93\)90001-4](http://dx.doi.org/10.1016/0271-5309(93)90001-4)
- CESTARI, M.J. 2008. Imprensa feminista brasileira na década de 1970: um lugar de enunciação público e legítimo das mulheres. *Língua, literatura e ensino*, 3:107-116.
- COSTA, C. de L. 1994. O leito do procusto: gênero, linguagem e as teorias feministas. *Cadernos Pagu*, 2:141-174.
- COSTA, C. de L. 2000. As teorias feministas nas Américas e a política transnacional da tradução. *Revista Estudos Feministas*, 8(2):43-48.
- COSTA, C. de L. 2002. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. *Cadernos Pagu*, 19:59-90.
- DÉPÊCHE, M.-F. 2002. As traduções subversivas feministas ontem e hoje. *Labrys, estudos feministas*, 1-2:s.p. Disponível em: http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/mfd1.html. Acesso em: 18/10/2009.
- FIGUEIREDO, D. de C. 2004. Violência sexual e controle legal: uma análise crítica de três extratos de sentenças em caso de violência contra a mulher. *Linguagem em (Dis)curso*, 4(n. esp):61-84.
- FIGUEIREDO, D. de C. 2009. Linguagem e gênero social: contribuições da análise crítica do discurso e da linguística sistêmico-funcional. *DELTA*, 25(n. esp):732-753.
- FUNCK, S.B. 2009. Gênero e(m) discurso(s). *Revista Estudos Feministas*, 17(2):481-484. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2009000200010>
- GABRIELLI, C.P. 2007. Análise Crítica do Discurso e teoria feminista – diálogos frutíferos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MULHER E LITERATURA, 3, Ilhéus, 2007. *Anais... Ilhéus*, UESC, 1-7. Disponível em: <http://www.uesc.br/seminariomulher/anais/PDF/CASSIANA%20PANISSA%20GABRIELLI.pdf>. Acesso em: 28/10/2010.
- GROSFUGUEL, R. 2007. The epistemic decolonial turn: beyond political-economy paradigms. *Cultural studies*, 21(2-3):211-223. <http://dx.doi.org/10.1080/09502380601162514>
- GROSZ, E. 2000. Corpos reconfigurados. *Cadernos Pagu*, 14:45-86.
- HALL, S. 2004. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 9ª ed. Rio de Janeiro, DP&A, 102 p.
- HARAWAY, D. 1995. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5:07-41.
- HARAWAY, D. 2004. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, 22:201-246. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-8332004000100009>
- HARDING, S. 1987. *Feminism and methodology*. Bloomington, Indiana University Press, 193 p.
- HEBERLE, V.M. 2004. Revistas para mulheres no século 21: ainda uma prática discursiva de consolidação ou de renovação de idéias? *Linguagem em (Dis)curso*, 4(n. esp):85-112.
- HEBERLE, V.M.; OSTERMANN, A.C.; FIGUEIREDO, D. 2006. *Linguagem e gênero no trabalho, na mídia e em outros contextos*. Florianópolis, Editora da UFSC, 234 p.
- hooks, b. 2008. Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens. Trad.: Carlianne Paiva Gonçalves, Joana Plaza Pinto e Paula de Almeida Silva. *Revista Estudos Feministas*, 16(3):857-864.
- IÑIGUEZ, L. 2004. *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Petrópolis, Vozes, 312 p.
- KOSHIYAMA, A.M.; BOCCHINI, M.O. 2008. Comunicação e educação para a cidadania de gênero: diagnósticos e propostas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO,

- 31, Natal, 2008. *Anais...* Natal, Intercom, 1-12. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0658-2.pdf>. Acesso em: 27/09/2009.
- LÖWY, I. 2000. Universalidade da ciência e conhecimentos “situados”. *Cadernos Pagu*, **15**:15-38.
- MAGALHÃES, M.I. 1995. A critical discourse analysis of gender relations in Brazil. *Journal of Pragmatics*, **23**:183-197. [http://dx.doi.org/10.1016/0378-2166\(93\)E0101-5](http://dx.doi.org/10.1016/0378-2166(93)E0101-5)
- MAGALHÃES, M.I. 2008. Discursos e identidades de gênero na alfabetização de jovens e adultos e no Ensino Especial. *Calidoscópio*, **6**(2):61-68.
- MAINGUENEAU, D. 1997. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Campinas, Pontes, 200 p.
- MIGNOLO, W.D. 2003. *Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 505 p.
- MIGNOLO, W.D. 2004. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: B.S. SANTOS (org), *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo, Cortez, p. 667-709.
- NAGHIBI, N. 2007. *Rethinking global sisterhood: western feminism and Iran*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 187 p.
- NYE, A. 1995. *Teoria feminista e as filosofias do homem*. Rio de Janeiro, Record/Rosa dos Tempos, 284 p.
- OSTERMANN, A.C.; FONTANA, B. 2010. *Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos*. São Paulo, Parábola, 166 p.
- PENNYCOOK, A. 2007. The myth of English as an international language. In: S. MAKONI; A. PENNYCOOK (org). *Disinventing and reconstituting languages*. Clevedon, Multilingual Matters, p. 90-115.
- PINTO, J.P. 2004a. Os gêneros do corpo: para começar a entender. In: E. GONÇALVES (org.). *Desigualdades de gênero no Brasil: reflexões e experiências*. Goiânia, Grupo Transas do Corpo, p. 33-44.
- PINTO, J.P. 2004b. Sobre discurso feminista em publicações: a política do Grupo Transas do Corpo. *Revista Estudos Feministas*, **12**(n. esp.):106-114.
- PINTO, J.P. 2007. Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades. *DELTA*, **23**(1):1-26. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44502007000100001>
- PISCITELLI, A.G. 2002. Re-criando a (categoria) mulher? *Textos didáticos*, **48**:7-42.
- PRATT, M.L. 1999. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, Edusc, 394 p.
- RAGO, M. 1998. Epistemologia feminista, gênero e história. In: J.M. PEDRO; M.P. GROSSI (org.). *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis, Editora das Mulheres, p. 21-41.
- SANTOS, B. de S. 2008. A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, **80**:11-43.
- SCHIENBINGER, L. 2001. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru, EDUSC, 384 p.
- SCHIWY, F. 2007. Decolonization and the question of subjectivity: gender, race, and binary thinking. *Cultural studies*, **21**(2-3):271-294. <http://dx.doi.org/10.1080/09502380601162555>
- SCHMIDT, R.T. 2006. Refutações ao feminismo: (des) compassos da cultura letrada brasileira. *Revista Estudos Feministas*, **14**(3):765-799. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2006000300011>
- SCHMIDT, S.P. 2004. Como e por que somos feministas. *Revista Estudos Feministas*, **12**(n. esp.):17-22.
- STACEY, J. 2000. Is academic feminism an oxymoron? *Signs*, **25**(4):1189-1194. <http://dx.doi.org/10.1086/495543>

Submissão: 04/09/2011
Aceite: 10/07/2012

Joana Plaza Pinto

Universidade Federal de Goiás
Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística
Campus Samambaia, Cx. P. 131
74001-970, Goiânia, GO, Brasil

Suzana Costa Badan

Universidade Federal de Goiás
Campus Samambaia, Cx. P. 131
74001-970, Goiânia, GO, Brasil